

ANÁLISE DE UM PROCESSO CONSOLIDADO: HISTÓRICO DO PERCURSO DA NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS RURAIS BRASILEIRAS (1989-1999)

Suze da Silva Sales/ Universidade Federal do Piauí/ suzesalles@yahoo.com.br

A nucleação de escolas configura-se como um episódio recente na História da Educação Rural no Brasil sendo inserida a partir dos anos de 1970 nas áreas rurais do país. O modelo se caracteriza pelo processo de agrupamento de várias escolas isoladas, onde outrora a perspectiva era a coexistência de várias faixas etárias e classes de alunos em um mesmo espaço físico (escolas multisseriadas), em uma escola central, a fim de, teoricamente, fornecer subsídios adequados para a concretização da educação considerada de qualidade, assegurada pela garantia de recursos humanos e materiais aos alunos rurais. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa que objetivou investigar o processo de nucleação das escolas rurais no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, pela análise do contexto pelo qual este modelo foi implantado e consolidado no município de Patos de Minas em apenas uma década (1989-1999). A escolha por este município se justificou pelo fato de que a totalidade das escolas existentes nas áreas rurais ao final dos anos de 1980 (80 escolas), foi reduzida a 10% deste quantitativo (8 escolas nucleadas) em 1998. A pesquisa partiu da seguinte questão: Como o processo de nucleação foi iniciado, desenvolvido e consolidado nas comunidades rurais? Neste sentido, a análise focou o impacto da nucleação sobre os sujeitos envolvidos, tanto da administração municipal, como dos professores, famílias e alunos. Metodologicamente, lançou-se mão dos pressupostos da História Oral (THOMPSON, 1992) e da pesquisa documental. Como resultados, pôde-se concluir que o alastramento da nucleação ocorreu pelo fato deste modelo se tornar uma forma mais viável, do ponto de vista financeiro, de minimizar os problemas estruturais pelos quais passavam (e ainda passam) as escolas do meio rural. A escola, como representante do poder público municipal, foi distanciada das diversas comunidades nas quais estavam implantadas. Ações consideradas “inovadoras”, como a nucleação, destinadas à educação rural foram implantadas através de estratégias conservadoras de gestão, onde os povos rurais foram “alvos” e não sujeitos ativos de um processo de transformação social, impulsionado pela alteração drástica do modelo vigente (multisseriação). De acordo com as vozes dos sujeitos envolvidos, a escola rural era o espaço não apenas de educação formal, mas também de reuniões das associações comunitárias, atividades sociais, festas. A retirada das instituições gerou a desmobilização destas comunidades e a ausência dos serviços básicos, até mesmo da manutenção das estradas de acesso. O impacto abrange vários vieses, seja o social, econômico ou político. A compreensão desses entrelaçamentos se torna importante para a análise da história recente da educação rural no Brasil.

Palavras-chave: Educação Rural. Políticas Públicas. Escolas nucleadas.

A História do Brasil republicano, iniciada em 1889, traz consigo uma forte tradição rural herdada da época em que o país era colônia (1500-1822) e posteriormente império (1822-1889). No início do século XX, a base econômica estava voltada para a produção agrícola, principalmente nas grandes lavouras de café. Pode-se afirmar que a indústria nacional era quase inexistente, em comparação a outros países da Europa e América e o capital monetário brasileiro estava, em grande parte, nas mãos dos latifundiários e da pequena burguesia.

É nesse contexto que a História do país vai se configurando, sendo influenciada, de um lado, pelos interesses dominantes das classes supracitadas e, de outro, por iniciativas e ações de oposição a estes interesses. Vários fatores vão se somando ao enredo que vai sendo construído, beneficiando alguns segmentos em detrimento de outros.

A implantação e o desenvolvimento da indústria nacional, que se deu inicialmente nos centros urbanos, fez com que estes locais parecessem, à primeira vista, o destino para aqueles que ambicionavam melhores oportunidades de ascensão na “pirâmide social” do país. Milhões de moradores da área rural migraram para os centros urbanos no decorrer do século XX, fato que se tornou problemático desde então, uma vez que as áreas urbanas não comportavam, de forma adequada, o grande contingente de “chegantes”. A falta de planejamento e de estrutura nas cidades originaram bolsões de miséria e condições precárias de sobrevivência.

Com a balança populacional pendendo cada vez mais para as áreas urbanas, era necessário criar um conjunto de ações para conter o êxodo rural e, ao mesmo tempo, que transformasse o campo em *locus* estratégico, que exercesse com competência a função de produzir gêneros alimentícios para a cidade, matéria prima para a indústria, além de contribuir com o excedente da produção para a exportação, o que garantiria divisas econômicas para o país.

Alcançar esse grau de desenvolvimento no meio rural foi o objetivo perseguido pelos gestores do Brasil durante todo o século XX e, para tanto, várias iniciativas foram implementadas, desde políticas econômicas a políticas educacionais. Essas últimas são o objeto de estudo do presente texto, resultado de pesquisa¹ que buscou analisar

¹ - Pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2005 e 2007 junto ao Programa de Pós Graduação em

algumas tentativas oficiais de intervenção na educação que é oferecida para o cidadão rurícola, procurando levantar questões que perpassaram o âmbito educacional, relacionando-as às transformações sociais, econômicas e culturais surgidas no decorrer do século XX no campo, e em especial para o município de Patos de Minas – MG, no período de 1989 a 1998.

Partiu-se do pressuposto de que as populações rurais foram alvo de políticas públicas, originadas e estruturadas em gabinetes, que não propiciaram um espaço democrático de discussões e reflexões que envolvessem essa parcela significativa da sociedade. Mesmo ao tentar implementar alterações inovadoras, o modelo de gestão adotado foi o tradicional, reforçando a tendência verticalizadora das decisões oficiais.

Educação rural no município de Patos de Minas

A educação rural, no município de Patos de Minas durante os anos de 1989 a 1998 sofreu uma série de reestruturações. Ao analisar as iniciativas propostas para essa modalidade educacional, nota-se que as mudanças se ligaram, na maioria das vezes, ao período que compreendeu cada gestão municipal. Assim, foi necessário investigar a configuração do perfil da escola rural e sua adequação à formação de indivíduos aptos a produzir e atuar de forma eficiente no contexto rural.

Para tanto, é preciso conhecer algumas características do município, buscando compreender as relações que foram se estabelecendo ao longo dos anos, relações políticas, econômicas e sociais, e como estas originaram ações destinadas ao atendimento da educação rural.

O Município de Patos de Minas se situa na região sudeste do país, no estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Sua área territorial total é de 3.336 quilômetros quadrados.

Em relação aos aspectos econômicos, Patos de Minas é um município de base agropecuária, sendo centro de comercialização da produção regional para outros mercados de consumo. Segundo Leite,

No setor rural, a modernização se encontra nas grandes propriedades e está em fase de expansão, ao passo que o pequeno e médio produtor sofre as conseqüências de uma desaceleração produtiva, em virtude de ausência de incentivos, não acesso a créditos e novas tecnologias, ausência de uma política agrícola regional/municipal, gerando o abandono da propriedade, em busca, na cidade, pelas melhores condições de sobrevivência familiar (LEITE, 2001, p.4)

Nota-se, nessa afirmação, o reflexo da economia nacional, ou seja, o desenvolvimento sendo usufruído por poucos que se viam em condições de aplicar investimentos na melhoria tecnológica das lavouras. Em contra partida, o autor pondera que 95% das propriedades rurais do município são pequenas ou médias, ocupando até 100 hectares.

No período decorrido entre 1989 e 1992, é iniciado o processo de nucleação das escolas rurais. De 1993 a 1996, esse processo continua de forma mais lenta e são iniciados dois projetos destinados para a educação rural: Projeto “Classes Multisseriadas” e Projeto “Classes Seriadas”, que buscavam, em ambos os casos, um trabalho pedagógico voltado para a cultura imediata dos alunos rurais e davam ênfase elevada ao meio em que estavam inseridos.

O princípio de supervalorizar a vida e o trabalho no campo já foi uma tendência quando se trata de educação nesta área, conhecido como “ruralismo pedagógico”. De acordo com Fonseca, (1985, p.55),

Pensava-se num determinado tipo de escola que atendesse as orientações do “ruralismo pedagógico”. Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalistas, cujo objetivo escolanovista reforçava essa posição “da escola colada à realidade”, baseada no princípio de “adequação” e assim colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isso porque a “fixação do homem ao campo”, a “exaltação da natureza agrária do brasileiro” faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado, o grupo industrial, também ameaçado pelo inchaço das cidades e pela impossibilidade de absorver a mão-de-obra, engrossava a corrente dos ruralistas.

O movimento descrito acima, segundo a autora, envolveu políticos e educadores em sua época. Entretanto, não foi uma tomada de consciência do problema enfrentado pela população rural, mas sim uma visão político-ideológica, objetivando, acima de tudo, a manutenção do “*status quo*” vigente. O interesse era que o campesinato continuasse no seu meio, produzindo os bens necessários à indústria e ao suprimento da

vida nas cidades.

Para a análise histórica da implantação e consolidação do modelo de nucleação das escolas rurais de Patos de Minas, buscou-se os Planos de gestão educacional do período, algumas publicações da Secretaria Municipal de Educação, e os atores sociais que participaram desses processos, os quais tiveram seus depoimentos colhidos e analisados a partir dos pressupostos da História Oral (THOMPSON, 2000).

O texto objetiva historiar os aspectos dicotômicos que parecem povoar a Educação Rural, aspectos estes que se materializaram em tentativas “inovadoras” de potencializar uma ação pedagógica mais eficaz para o atendimento da população rural, mas, contraditoriamente, são implantados de forma conservadora, em uma via de mão única, partindo do governo municipal em direção às comunidades rurais.

O processo de nucleação das escolas rurais de Patos de Minas

A escola no campo, como se pode constatar com o estudo da História do Brasil, não foi alvo de políticas efetivas e consistentes por parte dos governos, tanto federais como locais. Assim, a maioria das escolas, construídas próximas às fazendas e povoados eram o “que se convencionou chamar em nosso país de Escolas Isoladas Rurais, em que predominam as classes multisseriadas, tendo uma única professora para ministrar aulas, concomitantemente, para duas, três e até quatro séries diferentes” (FLORES, 2000, p. 23)

O município de Patos de Minas não fugiu a essa realidade. As escolas isoladas eram, na maioria das vezes, compostas de apenas uma ou duas salas e contavam com um número reduzido de alunos e, conseqüentemente, de professores. Essa situação acarretava várias dificuldades ao ensino rural, como a falta de espaço, recursos materiais e humanos. Em 1989, a rede municipal de educação no meio rural era composta de 80 escolas isoladas e multisseriadas nas variadas comunidades, fazendas e vilas do município.

As escolas nucleadas se caracterizam, então, por agrupar várias escolas isoladas em uma central, a fim de fornecer subsídios adequados para a concretização de uma educação tida como eficiente, também cumprindo com seu papel social. Esse modelo de

nucleação escolar surgiu nos Estados Unidos e foi implantado no Brasil a partir de 1976, no Paraná, quando o país recebia a interferência de organismos norte-americanos como a USAID². Logo após a implantação do modelo no Paraná, este se disseminou por Minas Gerais em 1983, Goiás -1988, São Paulo-1989. Pode-se, então, inferir que, pelo alastramento da nucleação, esta foi uma forma de minimizar os problemas estruturais pelos quais passavam as escolas campesinas.

O processo de nucleação não foi implantado de forma tranqüila. De acordo com informações coletadas, a idéia de se nuclear as escolas rurais do município teve sua origem em uma reunião de dirigentes municipais de educação denominada UNDIME³, em 1989, onde as então supervisoras da Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas, Márcia Helena Amâncio, Maria Madalena do Vale Gonzaga e Marli de Fátima Souza tiveram contato com a proposta de agrupar as escolas, antes isoladas, em núcleos educacionais.

Eu lembro que foi no governo do Antônio do Valle, no final de 1989. Por problemas políticos internos, a Secretária de Educação foi demitida e, na supervisão, fazíamos parte três supervisoras: a Madalena, que era chefe de divisão, e Marli e eu que coordenávamos.. Nessa época, tinha surgido a UNDIME, naquele movimento de democratização do ensino, de fortalecimento dos municípios para sustentarem o ensino fundamental. Teve a reunião da UNDIME em Uberaba. Sem secretária, a Madalena foi para a reunião como chefe de divisão, substituindo a secretária, junto comigo, fui com ela na reunião. [...] Daí conhecemos o modelo de formação de professores e junto, um dos temas que mais se destacou lá foi a proposta da Prefeitura Municipal de Uberlândia. O Afrânio⁴ era o Secretário Municipal de Educação, e ele apresentou, nessa reunião, a proposta de nucleação que eles estavam operacionalizando em Uberlândia naquela época. E sabendo já da demanda que nós tínhamos, porque na época nós tínhamos muitas escolas multisseriadas e com quatro séries e um professor, poucas escolas com muitos alunos e uma professora por série e um número menor de escolas que tínhamos dois professores para uma série, nós percebemos que estava aumentando o número de salas com uma professora e quatro séries, tinha salas com sete alunos e uma professora. Nós voltamos de Uberlândia deslumbrados com a idéia, até porque vimos lá o que o Afrânio mostrou. Qualquer pessoa que vai fazer propaganda do seu projeto só mostra o bom. Ele mostrou lá o lado bom da coisa e a gente

²- A USAID (United States Agency for International Development), foi uma agência do governo americano que tinha como objetivo auxiliar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, através de subsídios financeiros.

³- União de Dirigentes Municipais de Educação.

⁴- Afrânio de Freitas Azevedo, então Secretário Municipal de Educação de Uberlândia.

via umas fotos muito bonitas, os núcleos prontos, os ônibus lá, o pomar. A gente voltou só comentando aquilo, idealizando⁵.

As representantes da Secretaria trouxeram a idéia da nucleação, que foi recebida pelo prefeito Municipal da época, Antônio do Valle Ramos, com entusiasmo. A partir daí, foram discutidas estratégias de implantação do processo, quando se chegou à conclusão de que o melhor caminho seria convocar os dirigentes dos Centros de Desenvolvimento Comunitários – CDCs⁶ locais e, em reuniões, apresentar-lhes o projeto. Posteriormente, a “proposta” seria levada a toda comunidade.

Algumas comunidades não aceitavam o fato de desativar as escolas isoladas e terem seus filhos transportados para outras localidades. Um ex-presidente de CDC, Ronaldo Alves de Araújo, relata como acontecia o comunicado.

A proposta já veio pronta da SEMEC com a idéia de melhoria para os alunos. Na reunião, os pais até achavam que era melhor os alunos ficarem, mas a proposta da SEMEC era para agrupar os alunos para uma melhor escola, uma adaptação entre séries, que não gastava ficar dando aula para as turmas juntas. [...] A comunidade queria que a nucleação fosse aqui, mas como era pra centralizar, por causa da distancia, foi centralizada em Curraleiro e Alagoas [...]. Através de um estudo, foram consultados os conselhos das comunidades e no povoado de Alagoas, como havia mais possibilidade da escola funcionar mais tempo, para que não fundasse uma escola aqui que logo acabaria, foi decidido pelo local onde havia mais pessoas, mais acesso de transporte para os professores e alunos⁷.

A iniciativa de se nuclearem as escolas rurais foi um marco inovador para esse segmento educacional. Entretanto, a forma como a nucleação foi operacionalizada traz marcas do conservadorismo que perpetua os interesses políticos em detrimento à promoção de ações participativas e democráticas no espaço campesino.

A fala de Ronaldo Alves Araújo evidencia essa situação ao focar quatro aspectos que vão perpassar todo o processo de nucleação das escolas rurais do

⁵- Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

⁶- Esses centros são associações onde os moradores das comunidades rurais se organizam para conseguirem representação sistematizada frente ao poder público e a segmentos da sociedade civil, como a Igreja e, assim, participar de programas assistencialistas de liberação de recursos e apresentar as reivindicações e anseios das comunidades.

⁷- Entrevista cedida por Ronaldo Alves de Araújo presidente do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Mata do Brejo no período de 1992-2000, em 10/06/2004, em sua residência, na comunidade de Mata do Brejo.

município de Patos de Minas: (1º- *“A proposta já veio pronta da SEMEC”*, que diz respeito à participação da comunidade escolar no processo; (2º- *“[...] os pais até achavam que era melhor os alunos ficarem”* que remete à representatividade que a escola tinha para a comunidade; (3º- *“A comunidade queria que a escola fosse aqui, mas como era para centralizar [...]”*, ou seja, quais critérios foram utilizados para se decidir aonde seriam construídos os núcleos e (4º- *“[...] mais acesso de transporte para os professores e alunos”*, tendo em vista as grandes distâncias que seriam percorridas a partir da nucleação.

O primeiro aspecto deixa claro que a visão da comunidade é de que a “proposta” já vinha pronta da SEMEC. Como a Supervisora Márcia Helena Amâncio relatou, existiam escolas com uma professora e quatro séries dividindo o mesmo espaço, além de que algumas escolas não contavam com sistema de água e esgoto instalados, os recursos humanos também eram escassos. Muitas delas não dispunham de funcionários administrativos sequer para realizar a limpeza ou preparar o lanche dos alunos. Era necessário fazer algo para melhorar essa situação. A nucleação se mostrou um recurso “salvador”, pois, reafirma-se, na ótica custo-benefício é mais viável operacionalizar nove escolas nucleadas do que cerca de oitenta escolas multisseriadas. Márcia Helena Amâncio afirma que o número de escolas com uma professora para quatro séries estava aumentando. Não era de se estranhar esse fato, já que a educação ministrada em condições tão precárias, somando-se à falta de perspectiva de melhores condições de vida e produção, impossibilitava o trabalhador do campo de continuar em seu meio com sua família.

A decisão de se nuclear as escolas rurais partiu da SEMEC e foi levada às comunidades através dos presidentes dos CDCs.

No início, as primeiras reuniões nós marcávamos com os líderes comunitários. Chamávamos e agendávamos na SEMEC e pedíamos que avisassem os outros pais, colocávamos também o aviso no rádio. Chegávamos lá e o povo estava esperando. Mas a questão da combina do dia e do horário das primeiras nucleações ficava a cargo dos líderes das comunidades. Então, quando chegávamos estavam todos lá, os contra e os a favor, mas estavam todos para

argumentarem. Tentávamos colocar pra eles a nossa visão pedagógica. Eu e a Madalena pensávamos assim [...]»⁸

Ao se falar de comunidade escolar, a visão que se defende nesse trabalho é a de um grupo de pessoas que se articulam, de alguma forma, com a escola, compreendendo desde a Secretaria Municipal de Educação até os pais, alunos, professores e funcionários. Como se percebe, somente o primeiro e o segundo segmentos fizeram parte das reuniões. Alguns relatos de professores que atuaram nessas escolas rurais e vivenciaram o processo das nucleações, nos anos de 1980-1990, pode clarificar como esse segmento via os acontecimentos:

Eu fui informada na Igreja, em um dia de culto, o presidente do conselho chegou para mim antes do culto e falou que infelizmente não tinha conseguido, já que havíamos visto com ele se teria condição de rever a situação para não nuclear a escola, porque a comunidade não queria, aí não ouve condição e o fato estava consumado e que não teria mesmo jeito e a gente viria mesmo aqui para Alagoas. Isso era um Domingo pra vir na segunda, depois ele comunicou durante o culto para a comunidade, só que eu fui comunicada antes do culto.⁹

Com os professores não teve, não aconteceu discussão com os professores. Inclusive houve sim uma coisa, tipo deram recado que a gente não devia interferir, não devia dar palpite, que não era para opinar na comunidade, porque tinham muitos professores que eram contra a nucleação, que não eram totalmente a favor e a secretaria, a prefeitura, não queria interferência, não quis interferência. Mesmo gente como eu, que morava na comunidade, eles preferiram que a gente não se manifestasse [...] Reuniram sim, em algumas comunidades, mas não deram muita satisfação, eles não quiseram votos, não teve essa abertura. Foi praticamente comunicado vai ser assim e assim.¹⁰

Primeiramente nós ouvimos boatos, apenas boatos mesmo. Nada oficial, nem uma reunião, nem uma discussão, nem com a comunidade, nem com os professores. Foi de repente. Em um domingo à tarde agente ficou sabendo que a escola seria nucleada para a escola de Alagoas e na segunda-feira nós viemos com os alunos.¹¹

⁸ - Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

⁹ - Entrevista cedida por Célia de Fátima Caixeta Duarte professora da rede Municipal de Patos de Minas que trabalhava na E.M. Professor Eduardo Noronha, na comunidade de Mata do Brejo em 1998, ano da nucleação, em 01/11/2006, nas dependências da Escola Municipal Abdias Caldeira Brant, no povoado de Alagoas.

¹⁰ - Entrevista cedida por Clever de Arvelos professor da rede Municipal de Patos de Minas que trabalhava na E.M. Manoel Basílio, na comunidade de Moreiras em 1998, ano da nucleação, em 01/11/2006, nas dependências da Escola Municipal Abdias Caldeira Brant, no povoado de Alagoas.

¹¹ - Entrevista cedida por Eleusa Aparecida Silva Vieira, professora da rede Municipal de Patos de Minas que trabalhava na E.M. Professor Eduardo Noronha, na comunidade de Mata do Brejo em 1998, ano da

De acordo com o sub-projeto – Nucleação Escolar, contido no Plano Municipal de Educação do período de 1993 a 1996, a SEMED apostava no processo de nucleação como uma das formas de resolver os problemas pelos quais passavam as escolas do campo. Não foi objetivo da SEMEC conduzir uma discussão mais aprofundada entre toda a comunidade escolar. Trata-se, neste momento, de uma estratégia implementada pelo poder municipal de desarticulação da população e dos professores rurais, que foram alienados de todo aquele processo. Apenas figuraram como coadjuvantes de uma empreitada que mudou a História da educação rural em todo o município.

A supervisora Márcia Helena Amâncio admitiu que não houve a condução de discussões que possibilitassem um aprofundamento teórico e um contato ente os docentes e a realidade de uma escola nucleada. Esse aspecto foi considerado pela supervisora como negativo.

[...] se eu tivesse a vivência que eu tenho hoje, eu teria negado fazer o que eu fiz. Eu teria me negado a estar operacionalizando isso, coordenado isso, sem antes estar discutindo com os professores que estão lá, principalmente com os professores. Porque mesmo que você busque parceiros ali, como o CDC, a visão de escola eles não têm. [...] se, de repente, eu tivesse discutido com os professores, a gente não teria enfrentado o problema das relações interpessoais, eles teriam nos sinalizado alguma coisa que a gente teria percebido diferente [...] Isso foi tudo muito novo para gente, quando é que a gente vai pensar que juntando essas professoras ia virar uma guerra, coisas que a gente não imaginava, e, é lógico, que não podia imaginar também. [...] Então a visão que eu tenho é essa. A gente não pode vislumbrar da política educacional que vai ser operacionalizada no interior da escola sem a participação dos principais atores desse processo.¹²

Vê-se que a ausência de socialização e alienação entre os professores acarretou alguns dificultadores ao mesmo, como o relacionamento interpessoal. Na escola multisseriada havia, em média, 1 a 3 professores. Quando se implantou a nucleação, esses professores se viram impelidos a conviver com um número maior de profissionais. Dentre esse grupo, era escolhido o coordenador da escola pólo. Essa escolha causava constrangimento entre os docentes, pois os critérios, de acordo com a entrevistada,

nucleação, em 01/11/2006, nas dependências da Escola Municipal Abdias Caldeira Brant, no povoado de Alagoas.

¹²- Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

giravam em torno de favorecimentos políticos, ficando o cargo com pessoas que tinham certo parentesco ou influência política na região. Esse conflito de interesses, segundo Márcia Helena Amâncio, foi um dos aspectos que marcaram o início da nucleação.

Em relação à participação dos demais membros da comunidade escolar, o processo não foi diferente. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patos de Minas em 2006, que atuou neste segmento desde 1987, corrobora com as versões anteriores dos professores e afirmou que, como representante de 5 mil trabalhadores rurais associados, o sindicato nunca foi chamado para alguma reunião.

O sindicato não foi chamado. A idéia do sindicato era contra e muito contra. Os próprios trabalhadores, em algumas reuniões que eles foram, foram muito contra, embora foi jogado em cima. Na minha opinião não discuti isso a fundo. Quer dizer, porque tivemos muito prejuízo. Tem alguns filhos que dizem que vão pra escola e não vão, vão para o videogame. Conhecem a tal da droga, não falo que na roça não tenha, mas dificulta. Por que acontece o êxodo rural? É aí, começa daí. A ilusão da cidade é aí. Não fomos convidados, não houve uma discussão, a nucleação veio “goela abaixo”, tivemos que aceitar. E agente vê escolas lá na roça fechada, destruída. Dói. Se o professor estivesse lá era melhor, a visão é outra. Tem que levar a modernidade pra lá, não trazer as crianças pra cá.¹³

A fala de Alice Cardoso demonstra a insatisfação dos pais ao terem os filhos transportados, tanto para os núcleos rurais, como para os urbanos, uma vez que algumas “escolinhas” foram nucleadas no distrito Sede de Patos de Minas. Para os pais, “ajeitar” um meio de vir com os filhos para a cidade parece ser mais cômodo do que deixá-los sozinhos. Ao ser questionada sobre a reação contrária dos pais e do sindicato em relação ao projeto, Alice Cardoso afirma que nenhuma reação foi organizada, pelo fato de que a notícia não foi bem divulgada com antecedência e pela forma como essa proposta era conduzida.

Eu acho que não foi muito divulgado. Quando acontecia, eram pequenas discussões em comunidades. Mas quem levou a discussão estava apoiando a nucleação, está entendendo? Então acho que houve um erro aí, nesse sentido. Teria que levar uma pessoa neutra. Eu diria que o povo rural não é analfabeto, eles são inteligentes, eles sabem bem o que é bom e o que é ruim para eles. Não houve preparação, veio e pronto. Houve alguma discussão no município? Houve. Mas a discussão já foi mais ou menos manipulada, alguém que já

¹³ - Entrevista cedida por Alícia Alves Cardoso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Patos de Minas na sede do sindicato rural em 26/10/2006.

estava defendendo a nucleação. Acho que em Patos faltou uma certa comunicação.¹⁴

Em verdade, o que se constatou é que, mais uma vez na História, o trabalhador camponês foi expropriado de um bem importante em qualquer meio: a escola. Trata-se da escola vista de duas maneiras: como espaço físico – local próximo à residência no qual aconteciam reuniões, festas, atendimentos de médicos e dentistas, e a escola como espaço de perpetuação da cultura e do saber, que de uma hora para outra foi retirada daquelas pessoas. Nesse sentido, vem o segundo aspecto da fala de Ronaldo Alves Araújo, onde ele sinaliza que os pais queriam que os filhos ficassem em suas comunidades.

O Plano Municipal de Educação de 1993/1996 traz relatos negativos em relação ao processo. Nos relatos apontados no plano, registrados durante as reuniões nas comunidades, não há identificação dos sujeitos. Entre as pessoas que eram contra a nucleação registraram-se os seguintes argumentos:

“Vocês querem que a gente participe, mas estão levando a Escola para longe...”
“Esta Escola eu ajudei a construir... Carreguei água na carroça...”
“O meu pai estudou aqui... A minha avó também... Eu estudei aqui...”
“Se tirarem a Escola o meu filho não vai mais estudar...”
“A Escola representa a Prefeitura em nossa comunidade, se fecharem não teremos mais notícias da cidade. Vão esquecer a estrada, não virá o dentista...”
“Sem a Escola, a comunidade acaba...”

Vê-se que a escola é entendida como “carro chefe” da comunidade, estando ligada a ela por laços culturais e afetivos. Retirar da comunidade o espaço que proporcionou educação formal para várias gerações causou indignação em muitas famílias. No entanto, esses argumentos não foram considerados frente aos fatores positivos que as representantes da SEMED consideraram haver em uma escola nucleada, visão adquirida a partir do contato com a experiência de Uberlândia.

Após as primeiras nucleações, no início dos anos de 1990, o processo foi se ampliando. Outro aspecto que chama atenção nesse processo foi a forma como se buscou “centralizar” os núcleos escolares. O ex-presidente de CDC, Ronaldo Alves

¹⁴ - Entrevista cedida por Alcília Alves Cardoso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Patos de Minas na sede do sindicato rural em 26/10/2006.

Araújo, lembra que a comunidade a que pertencia queria que a escola nucleada fosse naquele local. Entretanto, como afirma a supervisora Márcia Helena Amâncio, a SEMEC procurava instalá-los nas comunidades que já apresentavam uma infra-estrutura maior, já que muitas contavam apenas com uma sala de aula, mas admite também que interesses políticos de alguns moradores influentes exerceu interferência em algumas escolhas, como a nucleação da escola Inconfidência, na comunidade de Cabral, que posteriormente teve suas atividades encerradas devido ao baixo número de alunos. O professor Clever de Arvelos relata o seguinte:

Outra coisa que eu sou contra a nucleação, a princípio, é a questão que as nucleações foram feitas, foram locadas, foram colocadas em algumas comunidades por critérios políticos e não por critérios técnicos. Eu acho que essa escola aqui de Alagoas foi a melhor posicionada, as demais foram todas feitas em locais errados, totalmente em locais inadequados. Eu trabalhei, por exemplo, na Gino André, em Posses, uma escola ótima, um lugar muito bom, mas mal colocada. Ela está muito próxima a Areado, muito próximo a Pindaíbas, enquanto eles poderiam ter feito ela, ter aproveitado um pouco a construção de Café Patense, de Colônia Agrícola, que eram escolas do Estado. Podia ter aproveitado, teria ficado mais longe das outras duas e tinha ficado bem localizado próximo às rodovias, então, todas têm essa questão de má colocação, depois surgem problemas que não tem como solucionar.¹⁵

A partir do problema estrutural da localização dos núcleos, surge outro complicador, em decorrência deste: a questão do transporte escolar. O professor Clever de Arvelos, em sua fala, observa que a má posição das escolas dificultou o acesso às mesmas. Por serem próximas, algumas escolas utilizavam o mesmo transporte, o que tornava a situação caótica. Se duas escolas estão na mesma rota e utilizam o mesmo transporte, atendendo quase as mesmas comunidades, parecia mais objetivo, na ótica da nucleação, que fossem fundidas. Essas questões são entendidas pelos entrevistados como frutos das relações políticas predominantes no Município. Relações estas que procuram beneficiar uma comunidade com um núcleo em detrimento de outra por critérios subjetivos, e não pela objetividade geográfica, que poderia ter sido utilizada a partir de estudos das áreas a serem nucleadas.

¹⁵ - Entrevista cedida por Clever de Arvelos professor da rede Municipal de Patos de Minas que trabalhava na E.M. Manoel Basílio, na comunidade de Moreiras em 1998, ano da nucleação, em 01/11/2006, nas dependências da Escola Municipal Abdias Caldeira Brant, no povoado de Alagoas.

A supervisora Márcia Helena Amâncio afirma que tinha consciência de onde era situada cada escola rural, entretanto, não tinha idéia da distância da residência do aluno até a escola.

Eu sabia direitinho onde cada escola ficava, mas eu sabia onde estavam localizadas, onde o menino morava em relação a essa escola eu não sabia. Aonde seria o ponto desse aluno pegar o ônibus e chegar ao núcleo eu não tinha noção disso. Depois da idéia da nucleação nós fomos entrar no ônibus e fazer esse percurso, aí começamos a assustar. Depois da nucleação tivemos que lidar com outros problemas do transporte escolar, que é um grande problema que a nucleação tem também. Alguns alunos tinham que andar, outros que eram afilhados de donos de terras que tinham algum contato na prefeitura, queriam que fossem buscados e entregados na porta de casa, e alguns conseguiam politicamente, enquanto outros tinham que andar até mais de cinco quilômetros.¹⁶

Novamente, na fala da supervisora, percebe-se os traços do conservadorismo político predominante no Brasil, que privilegia os já privilegiados e exclui ainda mais os que não têm a quem recorrer. Um projeto que, inicialmente, veio ao encontro da necessidade de se criar condições mais adequadas à estrutura física e humana da escola rural, perde parte de sua perspectiva ao ser influenciado por ações políticas que, em sua maioria, foram direcionadas em prol de benefícios pontuais, deixando de lado a busca do bem.

O que restou das escolas isoladas foi abandonado ou serviu de moradias às famílias sem habitação, o que contradiz a idéia inicial da SEMED, contida no Sub-Projeto Classes Multisseriadas: “As instalações onde funcionavam as classes multisseriadas ganharão novas e importantes finalidades, cedendo seu espaço para reuniões de comunidades, cursos profissionais, recreações e de eventos sociais, podendo, inclusive, sediar as cooperativas agrícolas” (SEMED, 1998, s.p). As escolas isoladas foram desativadas. Algumas, reafirma-se, passaram a servir de moradia para famílias desabrigadas.

¹⁶- Entrevista cedida por Márcia Helena Amâncio, supervisora educacional da rede Municipal de Ensino de Patos de Minas, desde 1989, em 07/12/2006, nas dependências da E.M. Maria Inês Rubinger de Queiroz Rodrigues.

Algumas considerações

A nucleação em Patos de Minas demonstra que a forma de operacionalização desse processo foi idealizada, discutida e implantada pelos gestores do governo municipal que, ao entrarem em contato com o modelo da escola nucleada, apresentaram-no como a solução dos problemas das escolas isoladas. Nesse processo, a comunidade escolar foi secundarizada, fato este que gerou uma série de transtornos para a própria administração: dificuldade de relacionamento entre os professores, núcleos mal posicionados gerando o fechamento de um deles após sete anos de funcionamento, deficiência no transporte escolar, privilégios políticos, entre outros.

A intenção primeira de se agrupar as escolas rurais dando-lhes melhores condições físicas e humanas perde sua credibilidade quando se privilegia interesses de uns em detrimento de outros. O discurso do acesso, permanência e qualidade no ensino rural ficou obscurecido pela falta de participação popular nas decisões que afetaram, inevitavelmente, a vida dessas pessoas. Como se comprova no texto e no relato dos envolvidos, não houve muita resistência pelas artimanhas de desarticulação empreitadas pelo poder público municipal. Algumas comunidades conseguiram retardar o processo, mas não evitá-lo.

Entre 1991 e 1997, a SEMEC de Patos de Minas teve que conviver com escolas já nucleadas/seriadas e as escolas isoladas/multisseriadas, destinando a cada uma diretrizes diferentes, coordenadas por equipes diferentes. Ao tomar esta posição, a secretaria causou um cisma em seu próprio pessoal.

A nucleação das escolas rurais, que se findou em 1998 no município de Patos de Minas, extinguindo as escolas isoladas, não foi capaz de garantir educação de qualidade para o povo camponês, o que comprova que o fato de se ter infra-estrutura não resolve, por si só, o problema da educação.

Apenas em 2008, com o avanço do fechamento das escolas no meio rural e da nucleação (que passou do deslocamento inicial de campo-campo para campo-cidade, agravando o distanciamento dos filhos dos trabalhadores rurais de seus lares, submetendo-os ao enfrentamento de distâncias ainda maiores) é que o Ministério da Educação, através da Câmara de educação Básica, instituiu a Resolução nº 02 de 28 de

abril de 2008, a qual “Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”. Complementares porque agrega normatização às Diretrizes Operacionais de 2002 em pontos que esta não discutiu – nucleação, transporte, deslocamento...

Esta resolução preconiza, dentre outros aspectos, que a nucleação poderá ocorrer, nos cinco anos iniciais do ensino fundamental, apenas no espaço intracampo, não sendo desejável o deslocamento para as áreas urbanas e que os entes federados deverão estabelecer prazos máximos de permanência em transporte e tempo de deslocamento, observando valores mínimos. Outra garantia da Resolução supracitada é de que, quando houver nucleação, a comunidade seja ouvida e participe das decisões acerca do processo.

Percebe-se que há uma tentativa de frear o fechamento das escolas no campo. Entretanto, o que se vê no processo de implantação e consolidação da nucleação em Patos de minas é que, os trabalhadores camponeses, desarticulados e enfraquecidos, foram expropriado de mais um bem. O acesso ao conhecimento universal, pilar da formação humana e serve de base para o desenvolvimento de seus meios de vida, lhe foi tirado e o que restou foi o conseqüente aumento do esvaziamento do campo.

Referências Bibliográficas

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina**: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2008.

DE DECCA, E. **1930**: O Silêncio dos Vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLORES, M. M. L. **Escola Nucleada Rural**: Histórico e Perspectivas Catalão-GO. (1988-2000). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia. 2000

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985.

LEITE, S. C. **Projeto Educação Familiar Rural: EDUFARURAL**. Patos de Minas, 2001.